

APONTAMENTOS SOBRE A HISTORICIDADE DO ROMANCE EM ERICO VERÍSSIMO E JOSÉ LINS DO REGO

Nathalia Pinto

Submetido em 29 de maio de 2018.

Aceito para publicação em 19 de setembro de 2018.

Cadernos do IL, Porto Alegre, n.º 57, novembro. p. 21-38

POLÍTICA DE DIREITO AUTORAL

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- (a) Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License, permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
 - (b) Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
 - (c) Os autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.
 - (d) Os autores estão conscientes de que a revista não se responsabiliza pela solicitação ou pelo pagamento de direitos autorais referentes às imagens incorporadas ao artigo. A obtenção de autorização para a publicação de imagens, de autoria do próprio autor do artigo ou de terceiros, é de responsabilidade do autor. Por esta razão, para todos os artigos que contenham imagens, o autor deve ter uma autorização do uso da imagem, sem qualquer ônus financeiro para os Cadernos do IL.
-

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/index>

Quinta-feira, 22 de novembro de 2018.

APONTAMENTOS SOBRE A HISTORICIDADE DO ROMANCE EM ERICO VERÍSSIMO E JOSÉ LINS DO REGO

APPOINTMENTS ABOUT THE HISTORICITY OF ROMANCE IN ERICO VERÍSSIMO AND JOSÉ LINS DO REGO

Nathalia Pinto²

RESUMO: As relações entre literatura e história têm sido debatidas desde Aristóteles. O presente artigo, a partir de um breve apanhado das características do gênero, analisa a historicidade em importantes obras do modernismo brasileiro. O *corpus* estudado conta com os romances que compõem a trilogia de Erico Veríssimo, *O tempo e o vento*, e, *Pedra bonita* e *Cangaceiros*, de José Lins do Rego. As narrativas são analisadas levando em consideração dois critérios que são tidos como fundamentais para a constituição do romance histórico: trata-se da matéria de extração histórica e das personagens, que são tanto homens comuns que têm sua trajetória atravessada e modificada pelo decurso histórico, quanto personagens históricas reais, que aparecem de forma explícita ou velada transformadas pelo discurso literário.

PALAVRAS-CHAVE: romance histórico; Erico Veríssimo; José Lins do Rego; ficção e história.

ABSTRACT: The relations between literature and history have been debated since Aristotle. This article, based on a brief survey of the genre's characteristics, analyzes the historicity in important paper of Brazilian modernism. The studied *corpus* counts on the novels that compose the trilogy of Erico Veríssimo, *O tempo e o vento*, and, *Pedra bonita* *Cangaceiros*, from Jose Lins of Rego. The narratives are analyzed taking in consideration two criteria that are considered essential for the constitution of the historical novel: it is the matter of historical extraction and the characters, who are both ordinary men who have their trajectory crossed and modified by the historical course; as characters historical, which appear explicitly or veiled transformed by literary discourse.

KEYWORDS: historical novel; Erico Veríssimo; José Lins do Rego; fiction and history.

1. O ROMANCE HISTÓRICO

Vasto é o debate que se tem travado em torno das intrínsecas e polêmicas relações entre romance e história. Não poderia ser diferente, em se tratando do gênero literário, que traduz a multiforme experiência do homem moderno. Ao longo da história, o romance tem recebido especificações que tem por pretensão classificá-lo para melhor compreendê-lo: ele é de formação, psicológico, policial, histórico entre outras tantas

² * (Doutoranda em Estudos Literários na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestra em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: nathalia@colegioconcordia.com.br .

tipologias. Entretanto, há elementos inerentes a ele quaisquer que sej sua época de produção, forma, ou estilo, como o espaço-tempo e as personagens.

O romance histórico, especificamente, coloca em questão, talvez como nenhum outro gênero literário, o tempo da ação. O senso comum diz que, enquanto ficção, é matéria inventada, e, por outro lado, a história trataria dos fatos passados, matéria real, ideia que, no passado, desautorizava o texto literário, tirando-lhe o *status* documental, considerando-o incapaz de espelhar a sociedade. A modernidade, no entanto, trouxe para a discussão a noção de discursividade, mostrando que tanto a literatura quanto a história são discursos, construções humanas, textos que não devem ser lidos como se fossem a estrita verdade. Além disso, como mostra Georg Lukács em uma de suas obras basilares sobre o tema, *A teoria do romance*, o próprio surgimento do gênero, através da transformação da épica em narrativa em prosa, foi condicionado pelo tempo. Ele nasce como resultado do fim de uma era, como texto que revela a experiência burguesa, a vida do indivíduo desconectado da comunidade, que busca algum sentido para a existência. A epopeia, no entanto, enquanto forma constituída pelo mito, ignora o decurso temporal enquanto história, ou seja, como movimento que gera transformações sociais e estrutura a humanidade.

O tempo é uma das categorias inerentes ao gênero romanesco. Nas palavras de Lukács “quase se pode dizer que toda a ação interna do romance não passa de uma luta contra o poder do tempo” (2000, p.129). No romance histórico, essa luta é especialmente ferrenha, já que o texto se compromete com uma referencialidade à qual o leitor tem acesso, sobre a qual tem conhecimento, seja através do tempo, do espaço, das personagens, das instituições ou dos costumes.

O surgimento do romance histórico moderno, cujo fundador seria Walter Scott (1771-1832), coincide com uma época de inúmeras revoluções, o que, para Lukács, teria gerado uma consciência histórica antes inexistente, uma noção de que a história existe e é capaz de mudar nossas vidas diretamente. Com as revoluções e a evidência de uma luta de classes, surge também “um sentimento nacional”, que aparecerá em obras do Romantismo pelo mundo inteiro. É importante perceber que “não existe o romance histórico sem que se entranhe nas pessoas uma certa sensibilidade para a história. (...) É preciso que a história se converta numa experiência real, vivida tanto por intelectuais, como pelo povo, tanto pela aristocracia, quanto pelas camadas médias e baixas da população” (ZILBERMAN, 2003, p. 117-118).

Dessa forma, ainda que se trate de um gênero híbrido, resultado da mescla entre ficção e fatos passados, o romance histórico existe graças a uma transformação não só social, mas de consciência e de entendimento de que a sociedade é condicionada historicamente em todos os níveis e que é, portanto, um importante, expressivo e revelador texto para a compreensão de um espaço-tempo.

Entre os elementos que recorrentemente são apontados pelos estudiosos que se debruçaram sobre as particularidades do romance histórico, considerados fundamentais para a constituição desse gênero, estão: a) a matéria de extração histórica, essencial a esse tipo de narrativa, e como ela interage na trajetória das personagens e de sua comunidade; e b) as personagens dessas narrativas, que são tanto pessoas comuns, criadas pelos autores para encarnar a experiência do homem moderno, quanto personagens históricas reais, que passam pelo trabalho de discursividade dos autores e, assim, tornam-se personagens da ficção.

Dois romances do modernismo brasileiro permitem analisar a historicidade através desses dois aspectos. Tratam-se de Érico Veríssimo e sua célebre trilogia *O tempo e o vento* (*O continente I e II*, de 1949, *O retrato I e II*, de 1951, e *O arquipélago I, II e III*, de 1962) e os romances de José Lins do Rego, que também formam uma continuidade, *Pedra bonita*, de 1938, e *Cangaceiros*, de 1953.

O tempo e o vento é uma obra monumental, que retrata a trajetória da família Terra Cambará através de 200 anos de história do Rio Grande do Sul e do Brasil. O dado histórico aqui é fundamental, uma vez que o destino das personagens e dos diferentes extratos sociais é sempre atravessado por fatos e contingências históricas. A trilogia dá conta da constituição do povo gaúcho, desde as Missões Jesuíticas, no século XVIII, até o fim do Estado Novo, em 1945. Percebe-se, assim, que o fio narrativo está inteiramente pautado pela referencialidade de épocas, de eventos e de personagens reais e fictícios.

Pedra bonita e *Cangaceiros* também narram a trajetória de uma família através de um nebuloso evento histórico, a matança do Reino da Pedra, que teria ocorrido em 1836. Influenciados pelo mito sebastianista trazido pelos portugueses, um grupo de pessoas que, segundo registros, chegou a contar com 300 indivíduos, funda uma espécie de “sociedade alternativa” em torno da “Pedra bonita”, posteriormente conhecida como “Pedra do Reino”, formação rochosa composta de duas torres de 30 e 33 metros situadas no sertão pernambucano. Guiados por líderes autointitulados “Reis”, de nome João Antônio dos Santos e, a seguir, por seu cunhado João Ferreira, os fanáticos cometeram

sacrifícios humanos (alguns voluntários) e violências sexuais para satisfazer aos pedidos de Dom Sebastião, de quem João Antônio seria o porta-voz, em troca de diversas dádivas que seu retorno traria.

Tanto nas obras de Erico Veríssimo quanto nas de José Lins do Rego tem-se os resquícios de um Brasil eminentemente rural, em um processo de urbanização e de modernização que, apesar de estar em curso, ainda não atingira a grande parte da população, especialmente as camadas pobres. As obras têm em comum o fato de revelarem as idiosincrasias de um país em desenvolvimento extremamente desigual, o que aparece com clareza ao confrontarmos a realidade do interior gaúcho, dos detentores do poder que se perpetuam nas classes dirigentes, retratada por Erico; com a do sertão nordestino, representado na figura das personagens principais dos romances de José Lins do Rego, esquecidos pelo poder público, reféns de contingências climáticas, sociais e culturais. Em comum, os romances trazem o retrato de sociedades que, atravessadas pelo decurso histórico, se formam e atuam dentro de contextos sócio-históricos que as delimitam e delineiam.

2. A MATÉRIA DA EXTRAÇÃO HISTÓRICA

Dizer que a matéria de um determinado romance é de extração histórica é essencialmente diferente do que dizer simplesmente que o seu tema é histórico, pois, com a primeira denominação, fica claro que o texto não tem compromisso documental e não pretende trazer em seu conteúdo a história em si, mas sim eventos, personagens e instituições de referencialidade histórica pertencentes à memória coletiva de uma comunidade, mas que, em seu corpo, vêm mediados pela visão de mundo do autor, assim como pelo discurso literário. Dessa forma,

A matéria de extração histórica, representada ficcionalmente com as modificações que as leis da semiótica literária impõem, não se esgota nas personagens, embora sejam elas, naturalmente, o componente de maior relevo. Da matéria de extração histórica também fazem parte os acontecimentos em si, as instituições, os lugares, tudo, enfim, que de algum modo contenha historicidade, como tal entendida a memória fixada para os pósteros, qualquer que tenha sido o meio empregado para seu registro documental. (BASTOS, 2007, p. 85-86)

O romance de extração histórica é consciente de seu papel e de sua limitação discursiva, está comprometido apenas com o que chamamos de “verdade histórica”, ou

seja, a coerência histórica, inclusive dentro da psicologia das personagens, sem que se “atualizem” suas ações ou caráter.

Outro ponto fundamental sobre a matéria de extração histórica está na relevância dos eventos narrados na vida das personagens e de sua comunidade. A história não deve ser nunca um simples cenário para o desenvolvimento da ação narrativa, mas sim fator determinante que atua na trama e no destino das personagens. Nas palavras de Kölln, a partir da concepção de Lukács sobre a historicidade na ação romanesca, “além de perder sua aura de colecionismo de antiguidades e de pano de fundo, passa a ser questão central da vida dos homens, que os estrutura ontologicamente. E mais do que isso: ela deixa de ser monopólio dos ‘grandes nomes’” (2011, p.4).

A história surge, então, como elemento atuante na vida dos homens comuns, inclusive dos marginalizados, esquecidos pelo poder público e, frequentemente, pelo próprio discurso histórico consagrado. Esse retrato dos pobres é o que José Lins do Rego traz em *Pedra bonita* e em *Cangaceiros*. A prova da negligência do discurso histórico com essa camada social e sua trajetória está na dificuldade em se encontrarem referências e material de pesquisa sobre o episódio da “Pedra do Reino”. As fontes mais conhecidas e acessíveis são justamente atravessadas pelo discurso literário: além das obras já mencionadas do escritor paraibano, há o livro de Ariano Suassuna *O Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta*, de 1971. Há, inclusive, nas escassas fontes disponíveis, divergências quanto à data do acontecimento, constando tanto o ano de 1836, como o de 1838.

Em *Pedra bonita*, o personagem principal é Antônio Bento, um jovem de 17 anos que é auxiliar de Padre Amâncio na pequena localidade de Açú, no sertão pernambucano. Bento foi dado ao padre por sua mãe durante a grande seca de 1904, quando sua família teve que migrar em busca da sobrevivência. Desde então, o rapaz foi criado pelo dedicado padrinho que queria fazer dele também um padre, mas, por falta de condições financeiras, desistiu de mandá-lo ao seminário. A seca de 1904, aliás, já é um evento histórico determinante na trajetória da personagem principal. A literatura nordestina está cheia de exemplos do quanto essas secas periódicas instituem-se como episódios importantes dentro da realidade sertaneja, sendo, por exemplo, a de 1915, que dá título ao romance de *O quinze*, de Rachel de Queiroz, uma das mais célebres.

Antônio Bento é um rapaz retraído, que pouco sabe sobre seu passado e sobre sua família. Ele convive com o preconceito da população do Açú, que o considera amaldiçoado por ter vindo da localidade vizinha, o povoado de Pedra Bonita. O jovem

não compreende o tratamento que recebe e tenta, ao longo da narrativa, saber que mistério está por trás de sua terra de origem, mas todos evitam falar sobre o assunto. Ao final da obra, com o padrinho doente, já em seu leito de morte, Bentinho decide partir em busca de sua família e retornar à sua terra natal para viver entre os seus, cansado de ser visto como um indesejado na comunidade.

Em *Cangaceiros*, obra que dá continuidade à trajetória de Antônio Bento, o personagem está de volta a Pedra Bonita, junto aos seus familiares. Sua família, no entanto, vive um momento difícil. Seu irmão Aparício se tornou o cangaceiro mais sanguinário do sertão e, por isso, seus pais já idosos e o seu irmão Domício sofrem frequentes represálias, em forma de violência, das forças volantes. Desesperada e movida pelo misticismo característico do sertanejo, sua mãe decide se juntar aos fanáticos do Reino da Pedra, que revivem a crença que ocasionou o sangrento episódio no século XIX. Os fiéis seguem um autoproclamado Rei, que promete a volta de Dom Sebastião e, com ele, o progresso, a chuva e o ouro. No seio dessa seita, há mais violência sob a forma de sacrifícios humanos e estupros cometidos pelo “Rei”, que recebia mensagens de Deus e do rei português exigindo tais imolações. Depois da morte do pai, Domício, o rapaz doce, cantador de desafios, sensível à arte, e por quem Bentinho tinha uma afeição especial, se junta ao irmão Aparício e também se torna um cangaceiro impiedoso. Bento e a mãe, Sinhá Josefina, se escondem no engenho do Capitão Custódio, sob sua proteção, ocultando seu parentesco com os cangaceiros por medo da vingança das forças volantes, frequentemente atacadas pelos bandidos.

Nesse enredo, além do enigmático episódio do “Reino da Pedra”, há diversos fatores históricos que atuam na trajetória das personagens, conferindo-lhes uma dimensão trágica, que tem, ao mesmo tempo, caráter mítico e humano. É o que se observa na maldição que envolve a família de Antônio Bento. Segundo a crença local, no passado, um antepassado dos Vieira teria indicado à polícia o caminho para a captura de um líder fanático. A raça de Bento seria, portanto, de traidores condenados à desgraça, o que explicaria a adesão de Aparício e Domício ao cangaço, o preconceito com que o jovem sempre foi tratado na região e o martírio de sua mãe Josefina, que não suporta conviver com as atrocidades cometidas pelos filhos cangaceiros, a razão e cometer suicídio.

O misticismo, o fanatismo e o fenômeno social do cangaço, que assolava o Nordeste brasileiro desde o século XVIII, desenham a trajetória da humilde família Vieira e, mais precisamente, a de Antônio Bento, protagonista da obra, cujo drama

representa a sina comum entre todos os nordestinos que vivem no sertão: “Quem paga isso tudo é o sertanejo que nem pode trabalhar sossegado. Quando não tem seca, tem soldado. Quando não tem soldado, tem cangaceiro” (REGO, 2010, p.119).

Outro fator relevante, nesse caso um aspecto sócio-histórico, é a força do coronelismo na constituição das personagens, em função da lógica social a que obedecem. Capitão Custódio, dono do engenho que serve de esconderijo à Sinhá Josefina e a Antônio Bento, protege os familiares do temido cangaceiro Aparício porque tem a esperança de que, em troca do favor, o bandido vingue a morte de seu filho, assassinado por homens de Cazusa Leutério, liderança inquestionável na região: “Ele manda nas eleições e no júri. Ele manda no governo” (2010, p. 35). Percebe-se, assim, que, além de situar sua trama no episódio do “Reino da Pedra”, pouco trabalhado pelo discurso histórico, José Lins do Rego reveste suas personagens dos elementos característicos do povo e da cultura nordestinos, mais especificamente sertanejos. Ele lhes confere, dessa forma, a verdade psicológica que é exigida do romance histórico e lhes reveste de um senso de coletividade e de comunidade.

Já nos 200 anos através dos quais se desenrola a narrativa de *O tempo e o vento*, inúmeros episódios são retratados, revelando o impacto que têm sobre as personagens. Os principais eventos históricos que aparecem no texto são: o estabelecimento das Missões Jesuíticas, a assinatura do Tratado de Madri, as guerras guaraníticas, a chegada e o estabelecimento dos primeiros colonos alemães no Rio Grande do Sul, a Revolução Farroupilha, a campanha abolicionista e a abolição da escravatura, a Proclamação da República, os governos de Gaspar Martins e de Júlio de Castilhos, a Revolta Federalista, os governos de Borges de Medeiros, a eleição de Hermes da Fonseca para a presidência da República, a passagem do Cometa Halley pelo Brasil, o assassinato do senador Pinheiro Machado, a Semana de Arte Moderna de 1922 e o movimento modernista, a Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial, a bomba de Hiroshima, a renúncia de Getúlio Vargas, a coluna de Luiz Carlos Prestes, a Revolução Tenentista em São Paulo, e o fim do Estado Novo.

Como se pode ver por essa breve listagem, a abordagem histórica é muito diferente daquela que percebemos nas obras de José Lins do Rego, onde somente um episódio real e seus efeitos sobre as personagens e sobre sua comunidade são retratados. A obra de Érico Veríssimo tem, claramente, o objetivo de narrar a formação do povo gaúcho através de suas lutas, em suas diferentes classes sociais, corroborando a visão lukácsiana de que a história se constitui numa sequência de lutas que geram movimento,

o que fica evidenciado nas falas de algumas personagens, como Rubim, de *O retrato I*, ou Arão Stein, de *O arquipélago I*, que, ao falar sobre a dificuldade de implantar o comunismo no país, chega a dizer: “Não é apenas a Natureza que não dá saltos. Também a História, às vezes, anda devagar” (1961, p.144).

Todas as camadas sociais são contempladas pelo texto, desde os dominados, como inicialmente era a família Terra e a família dos Carés, até as classes dominantes, como os Amarais e, mais tarde, os próprios Terra Cambará, que sofrem, ao longo da trilogia, um processo de ascensão econômica e política, beneficiados pela proclamação do regime republicano, através, principalmente, de Licurgo, que se torna, então, intendente de Santa Fé. Os Terra Cambará acabam, portanto, se consolidando no papel de governantes, o que se evidencia no mandato de deputado de Rodrigo Cambará, então político atuante, partidário de Getúlio Vargas. Os fatos históricos, assim, se desenrolam de forma estritamente conectada à trajetória das personagens, nunca como um mero pano de fundo. É dessa forma que os eventos devem aparecer no romance que se pretende de extração histórica, como lembra Regina Zilberman: “a ênfase do romancista não recai sobre o movimento histórico, e sim sobre seus efeitos sobre as figuras humanas, especialmente quando essas se organizam em grupos domésticos” (2003, p.120). Aqui, fica claro o compromisso do gênero em voltar seu olhar para o homem comum: ainda que histórico, o romance não se limita à experiência das grandes figuras; interessando-lhe, sobretudo, o impacto do movimento social sobre toda a comunidade.

Para melhor compreender essa dinâmica, tomemos como exemplo um dos muitos episódios históricos citados que, de alguma forma, faz parte da narrativa de Erico Veríssimo: a campanha abolicionista e a abolição da escravatura no Brasil. Esse fato, evidentemente, mudou a cara e a forma da sociedade brasileira e, em *O tempo e o vento*, aparece sob diversas perspectivas, através de diferentes personagens e, conseqüentemente, sob o olhar de diferentes atores sociais. Em *O continente*, por exemplo, o tema surge em um debate entre Doutor Winter, médico alemão que imigrou para o Rio Grande do Sul e se instalou em Santa Fé, e Luzia, jovem rica e sofisticada que herdou o Sobrado, por ocasião da execução de uma pena de morte imputada a um homem negro. Para ela, muito de acordo com o perfil que lhe é desenhado pelo texto, “Negro não é gente”, ao que o médico rebate: “- Como pode minha graciosa amiga conciliar seu cristianismo com essas ideias? (...) Onde está a sua caridade?” (2013, p.362) Em função desse mesmo episódio, o marido de Luzia, Bolívar, sofre calado e

vive um dilema humano e moral, pois foi amigo de infância do condenado e, além disso, acredita em sua inocência da acusação de assassinato a qual está respondendo.

Ainda n’*O continente*, temos outro diálogo sobre o mesmo tema, dessa vez entre o Capitão Rodrigo Cambará e o Padre Lara. Rodrigo, num de seus muitos embates morais com o Padre, questiona a afirmação desse de que “são todos iguais perante Deus” e, a seguir, explica seu ponto de vista sobre a questão:

Sou contra a escravatura só por uma coisa. É que não gosto de ver homem rebaixado por homem. Nós, os Cambarás, temos uma lei: nunca batemos em mulher nem em homem fraco; nem nunca usamos arma contra homem desarmado, mesmo que ele seja forte. Quando vejo um negro que baixa a cabeça quando gritam com ele, ou quando vejo um escravo surrado, o sangue me ferve. Depois que vi certos negros brigando no nosso exército contra os castelhanos... Barbaridade!... se eles não são homens, então não sei quem é... (2013, p. 255)

Percebe-se, na fala de Rodrigo, muito mais do que um posicionamento comprometido com uma ideologia, partidarismo ou interesse político, mas sim uma conformidade com seu caráter, ricamente construído pela narrativa. Para ele, os ideais de honra, liberdade, dignidade e valentia, que se revelam principalmente durante a guerra, são soberanos. Se os negros são capazes de lutar com valentia durante uma batalha, então são homens de valor, que merecem respeito. O mesmo se pode dizer da manifestação de Luzia sobre a questão, já que a “Teiniaguá” sempre se mostra cruel e sente um mórbido prazer no sofrimento.

A postura de Licurgo (neto do Capitão Rodrigo Cambará e filho de Luzia) quanto à escravidão, no entanto, é mais incisiva, uma vez que ele não só expressa sua opinião em debates, como também age de forma decisiva em relação a esse tema. O jovem Licurgo, inflamado pelos ideais republicanos que defendia e interessado em se envolver ativamente na vida política de Santa Fé, dá uma festa no Sobrado, na qual participarão todos os escravos como convidados e, nela, receberão a alforria numa espécie de cerimônia, pondo em prática o abolicionismo que o rapaz defendia. A atitude de Licurgo, no entanto, é, diferentemente das de Rodrigo e de Luzia, totalmente comprometida com sua vaidade e com suas pretensões políticas, pois ele, hipocritamente, admite para si mesmo que tal ato lhe será muito penoso e a boa ação não lhe traria o prazer e o bem-estar que buscava aparentar diante de todos.

Tinha a impressão – disse – de que o baile de gala do Paço Municipal, com suas formalidades e seus medalhões, ia ficar apagado diante da festa do Sobrado, onde reinaria a verdadeira democracia: negros e brancos, ricos e pobres, todos misturados e irmanados no ideal abolicionista e republicano.

Mas no momento em que dizia essas coisas, Curgo percebeu que não estava sendo sincero, que não estava dizendo o que sentia. Era-lhe inconcebível a ideia de que aqueles negros sujos pudessem vir dançar nas salas de sua casa, em íntimo contato com sua família. Sabia também que pouca, muito pouca gente em Santa Fé compreendia o sentido da palavra *república*... (2013, p.534)

A abolição da escravidão reaparece em *O retrato* sob outra forma. Agora, já concretizado, o fato recebe olhar crítico do próprio narrador, ao passo que as personagens em cena não são capazes de problematizar a questão. No dia do aniversário da abolição, em 1910, o negro Sérgio, responsável por acender os lampiões do passeio público, saúda Rodrigo Terra Cambará, filho de Licurgo, comemorando a data ilustre. O que Sérgio não percebe, entretanto, é que sua posição social e seus direitos de cidadão em nada tiveram alteração. Ele continua exercendo a mesma função de sempre, mendigando a caridade dos ricos e colocando-se, na sua fala, nos seus atos e na visão que tem da dinâmica social, numa posição de inferioridade em relação aos brancos.

Naquele anoitecer, ao subir a escada para acender o lampião da esquina do Sobrado, o velho Sérgio saudou Rodrigo:

- Salve o doutor Rodrigo neste dia glorioso para nós, os morenos. Salve a rainha dona Isabel, moça de muito saber e condições. Salve dom Pedro II, nosso Imperador festeiro, e Deus Nosso Senhor, pai dos brancos e dos pretos. Sua voz, cava e áspera, parecia sair duma gruta escura cheia de morcegos.

De sua janela, Rodrigo atirou um patacão, que o negro apanhou com o chapéu, ficando a examinar a moeda e a resmonear:

- Moço de muita senhoria e da mais distinta consideração. Fala com os pobres, não é soberbo. Deus lhe dê muita vida e uma boa morte (2017, p. 341).

A atitude de Rodrigo, assim como a de Licurgo na cena mencionada anteriormente, está revestida de vaidade e de uma visão superior de si mesmo, confessadas pelo personagem em diversos momentos da narrativa, quando esse afirma que seu principal objetivo de vida era o de ser amado por todos. A atitude de Sérgio, por outro lado, revela a total ausência de senso crítico, a incapacidade de fazer uma leitura lúcida sobre o papel relegado aos negros ao longo da história do Brasil, mesmo depois do fim da escravidão. Nesse contexto, ele representa as massas até hoje alienadas quanto às realidades racial e social brasileiras.

Tomando o exemplo apenas da abolição da escravatura e da campanha que a antecedeu, percebe-se que o romance histórico de Erico Veríssimo, assim como observamos nas narrativas analisadas de José Lins do Rego, atende à preocupação de dar voz aos diferentes atores sociais, coerente com o que Zilberman (2013) chamou de “verdade histórica” e “psicologia das personagens”. O mesmo evento tem diferentes efeitos sobre as personagens nos diversos extratos sociais, assim como diverge a

percepção desse mesmo fato. Tais episódios e suas percepções sobre eles estão de acordo e contribuem, dentro do texto, para a constituição do caráter das personagens.

3. AS PERSONAGENS DO ROMANCE HISTÓRICO

Podem-se classificar as personagens do romance histórico em duas categorias principais: a daquelas que representam o cidadão comum, de caráter totalmente fictício que vivem e sofrem as ações do tempo, representando o homem moderno sobre o qual tradicionalmente se debruça o gênero romance; e as personagens que fazem referência, de forma explícita ou velada, a figuras históricas que tiveram existência real, mas que, nem por isso, deixaram de passar pelo trabalho de “ficcionalização” dos autores, uma vez que sua construção é atravessada pelo discurso literário.

Nos romances de José Lins do Rego aqui trabalhados, encontramos personagens que se encaixam nessas duas categorias. O personagem principal, Antônio Bento, por exemplo, representa o típico caráter mediano, ou seja, um homem comum, “um ser capaz de, na sua individualidade, expressar um significado mais geral, que diga respeito a um grupo ou a uma época, de preferência os dois aspectos ao mesmo tempo” (ZILBERMAN, 2013, p.119). O drama vivido por Bento é, na verdade, o drama de sua condição. Sua tragicidade está especialmente no fato de que os fatores sócio-históricos que o constituem e que delineiam seu destino são comuns a toda a sua comunidade. O episódio do “Reino da Pedra”, a seca, o cangaço, a truculência e a arbitrariedade policial, o preconceito e o coronelismo são elementos inerentes à existência de qualquer sertanejo da época na qual se ambientam as obras. Antônio Bento, assim, corporifica uma comunidade e evidencia o impacto que os movimentos histórico e social têm sob o homem comum.

Por outro lado, a segunda categoria de personagens listada tem diversos exemplares em *Pedra bonita* e em *Cangaceiros*. As personagens que se tratam explicitamente de figuras históricas, como é o caso de Padre Cícero, por exemplo, não aparecem nesses textos de forma atuante e independente, mas sim indiretamente, mencionadas por outras personagens das quais o autor tira proveito para evocar sua referencialidade e o conjunto de informações sócio-históricas que tais figuras mobilizam, para, assim, melhor caracterizar um certo contexto e legitimar ações romanescas ou mesmo outras personagens da trama. Dessa forma, a “verdade histórica” que o romance histórico deve buscar advém também dessas figuras ficcionalizadas.

Em *Pedra bonita*, por exemplo, a figura de Padre Cícero é evocada numa comparação com a personagem totalmente fictícia de Padre Amâncio. Para ressaltar a bondade e a capacidade de se sacrificar em nome do próximo desse último, o cantador Dioclécio, dialogando com Bentinho, traz a figura do seu “padrinho de Juazeiro” que, assim como Amâncio, sofreu injustiças daqueles que não acreditavam em sua honestidade e santidade.

- Eu já conhecia a fama do teu padrinho. A bondade vai longe, menino. Ninguém pode esconder. Com o meu padrinho de Juazeiro foi assim. Ele era bom. Dava tudo aos pobres. A casa vivia cheia de necessitados. E o bispo mandou chamar ele e passou um carão. Pois bem! O meu padrinho ali mesmo falou sério para o bispo. E disse sem medo que o bispo estava enganado. Ele tinha Deus no céu para juiz. Deus era maior do que os bispos (1973, p.61).

A figura controversa de Padre Cícero, que é até hoje padrinho e santo de devoção de milhares de nordestinos, foi criticada em vida por manter relações com cangaceiros e acusada de manter uma atuação política duvidosa em sua região. É desses fatos, dessa referencialidade, que Dioclécio lança mão ao compará-lo a Padre Amâncio e, com isso, reafirmar sua bondade.

Muito interessante, também, é a presença do famoso bandido sertanejo Lampião na narrativa. O mais célebre cangaceiro aparece na obra em diversas passagens, assim como Padre Cícero, geralmente referido por outras personagens, tanto de forma explícita quanto velada. O mesmo Dioclécio, homem vivido e aventureiro, um cantador andarilho que conhecia quase todo o sertão, menciona o cangaceiro em um momento que parece ser o do surgimento de sua fama: “Conhecia cangaceiro de verdade. (...) Lá para as bandas de Princesa estava aparecendo agora um Ferreira, que era um bicho danado. Diziam que ele estava vingando a morte do pai. E que não respeitava nem os coronéis do cangaço” (1973, p.53). É sabido que Virgulino Ferreira da Silva, nome real de Lampião, iniciou sua vida criminosa em 1921, depois de ter perdido o pai, assassinado pela polícia por questões relativas à disputa de terras.

Há, entretanto, outra espécie de referência a Lampião no texto. Na narrativa, o irmão de Antônio Bento, Aparício, se torna um temido cangaceiro e diversas personagens, ao longo da narrativa, propagam histórias e boatos a seu respeito. Esses fatos, ligados a Aparício, no entanto, fazem parte na verdade, da biografia de Lampião. É o que se observa, por exemplo, quando um rapaz do bando de Aparício traz a notícia de que ele “Tinha seguido para o Juazeiro atrás da bênção do Padre Cícero. O governo do Ceará estava precisando de Aparício para um adjutório contra as tropas dos

revolucionários” (2010, p.258). É sabido que Lampião era devoto de Padre Cícero e que, em 1926, os dois se encontraram em Juazeiro para que o padre lhe concedesse a sua bênção. Além disso, sabe-se também, que nesse mesmo ano, diante da incapacidade estatal de deter a oposição, o deputado federal Floro Bartolomeu, ajudado pelo mesmo Padre Cícero que, como dito, tinha grande influência sobre o Rei do Cangaço, pediu a ajuda de Lampião para deter os revolucionários da Coluna Prestes, então em passagem pelo estado do Ceará.

Há ainda outros acontecimentos ligados a Aparício que se verificam na biografia de Lampião: “Estão dizendo que Aparício cegou de um olho e que anda com uma fêmea no bando que é o mesmo que uma jararaca” (2010, p. 325). Lampião, como se sabe, era cego do olho direito em função de um espinho que o feriu e, sabe-se, também, que ele percorria os sertões em companhia de Maria Bonita, apelido de Maria Déa Gomes de Oliveira, e que ela passou a agir dentro do bando como cangaceira, fazendo parte ativamente dos ataques e dos crimes praticados pelo bando. Esses são exemplos do que Bastos (2007) chamou de “disfarce”, ou seja, “a manutenção de características identificadoras em tudo semelhantes às das figuras verdadeiramente históricas, mas com a atribuição de um sinal desviante” (p.93). O sinal desviante, nesse caso, é o nome da personagem.

O mesmo expediente é usado em relação às personagens Germano e Zé Luís. O primeiro, depois de presenciar as irmãs sofrendo abuso sexual praticado pela polícia, revoltado, decide entrar para o cangaço, enquanto que o segundo entra para o bando criminoso depois de matar um homem em uma briga de bar, com o objetivo de fugir da polícia e contar com a proteção dos bandidos. Como era de costume entre os cangaceiros, eles adotaram apelidos: Zé Luís se tornou Bem-te-vi e Germano, Corisco. O curioso nesse caso é que Corisco, personagem histórica real, considerado o “braço direito” de Lampião, de nome Cristino Gomes da Silva Cleto, entrou para o cangaço exatamente da mesma forma que Zé Luís, o Bem-te-vi da narrativa de José Lins do Rego, depois de matar um homem aos 17 anos por um desentendimento banal, inclusive com a mesma idade que a personagem tem quando comete o crime na trama.

Em *O tempo e o vento* também encontramos casos de “disfarce” entre as personagens da obra. Em *O continente*, por exemplo, o Doutor Carl Winter, médico alemão que imigra para o Rio Grande do Sul, é uma criação inspirada na figura de Carl von Koseritz (1830-1890), alemão que se naturalizou brasileiro e que se destacou na

história sul rio-grandense do século XIX, por sua intensa atuação em diversos campos e causas.

Entre as várias atividades que exerceu em solo gaúcho, von Koseritz atuou como “médico leigo”, a mesma profissão de Dr. Winter na obra. Além disso, a figura histórica e o personagem da ficção parecem ter exercido papéis parecidos dentro da comunidade na qual se integraram. Dr. Winter, na narrativa, descreve a terra e o povo gaúcho a partir do olhar do estrangeiro, que lança nova luz sobre essa cultura. Carl von Koseritz teve intensa atividade jornalística e literária, através das quais defendia a inserção e a integração dos imigrantes alemães à cultura e à política gaúchas e, para isso, precisou, através de suas obras, compreendê-las. Suas posições, evidentemente, se mostram sempre mediadas pelo discurso alemão/estrangeiro, ainda que ele defendesse o que chamava de uma cultura “teuto-brasileira”, que representaria a completa integração dos imigrantes ao país.

Carl von Koseritz ficou marcado na história gaúcha por suas fortes posições políticas, as quais defendia nos livros que publicou e, principalmente, através dos diversos jornais e revistas nos quais atuou como colaborador, o que se verifica em seus escritos pioneiros que defendiam a emancipação dos escravos e em suas críticas à República. Dr. Winter é, de forma semelhante, uma presença significativa na sociedade santafezense. No Ssobrado, por exemplo, é presença constante, e seus diálogos com a matriarca Bibiana revelam a respeitabilidade que suas opiniões inspiram, agindo, por vezes, como uma espécie de conselheiro, até mesmo em questões íntimas da família Terra Cambará. Os diálogos nos quais se envolve revelam, também, sua visão de mundo e posicionamento político. Apesar de se dizer homem avesso às paixões político-partidárias, Dr. Winter se coloca, por exemplo, contra a escravidão, assim como von Koseritz, mostrando-se, naquele contexto, um progressista.

Enquanto romance de grande vulto, que abarca 200 anos de história, muitas são as referências a personalidades que tiveram existência real em *O tempo e o vento*. Há menções, especialmente, sobre figuras importantes da política gaúcha como, por exemplo, Júlio de Castilhos, Gaspar Martins, Borges de Medeiros, Lindolfo Collor e Pinheiro Machado, que, na obra, chega inclusive a ser recebido no Sobrado da família Terra Cambará por Licurgo e seu filho Rodrigo.

A figura de Getúlio Vargas, portanto, não poderia deixar de estar presente na narrativa, uma vez que sua importância é crucial dentro do contexto no qual as personagens principais atuam, a política sul rio-grandense e a brasileira. A figura de

Getúlio no romance caracteriza mais do que uma referência histórica, pois mobiliza uma série de informações sociais e culturais a respeito de um povo e de uma época, é uma referência com alta capacidade de evocar um dado contexto, mais do que qualquer elemento ficcional poderia trazer para a trama. Trata-se do que Bastos chamou de uma “marca registrada”:

as marcas registradas são, na verdade, detonadoras de um processo de reconstituição de um campo de referências, aqui denominado histórico, com uma eficácia que as demais marcas de que normalmente lança mão o ficcionista – as não-registradas, isto é, de procedência não verídica – são incapazes de alcançar (2007, p.89-90).

O olhar de Rodrigo Terra Cambará a respeito de Getúlio, seu então colega na câmara de deputados que ainda estava “fazendo carreira” na política, parece captar as características que desenham o discurso que registrou sua figura histórica para a posteridade. A sagacidade de Rodrigo logo lhe faz perceber, entre os deputados, um talento ou gênio superior para a política em Vargas. O deputado de São Borja não era previsível como os demais, era, para ele, “um enigma”. Por isso, era com ele que Rodrigo mantinha debates e discussões imaginárias, elegendo-o entre os demais colegas de câmara como um interlocutor a sua altura. A perspicácia de Rodrigo sobre Getúlio faz uma espécie de previsão sobre o futuro, na qual o leitor reconhece a marca registrada que a figura do ex-presidente evoca, munido de todas as informações históricas que marcam a trajetória de Getúlio Vargas na política brasileira.

Getúlio intrigava-o e às vezes chegava a irritá-lo. Baixote, sempre sereno, as faces barbeadas, o bigodinho muito bem cuidado, as roupas limpas e bem passadas – tinha um ar asséptico e neutro. Quanto às ideias e opiniões, era escorregadio como uma enguia. Quando todos os outros se agitavam e comoviam, ele permanecia imperturbável. Na hora em que muitos de seus companheiros gritavam apaixonados, ele se conservava calado, com aquele diabo de sorriso que não deixava de ter sua simpatia. Quando ele intervinha nos debates, fazia-o de maneira inteligente e corajosa e com tanta habilidade que a oposição raramente o aparteava. E a verdade era que ia fazendo sua carreira. (VERÍSSIMO, 1961, p.105)

O deputado de São Borja, com sua personalidade, autocontrole e atitude equilibrada, mexe com a grande vaidade característica de Rodrigo Terra Cambará que percebe, ao analisá-lo, um político em ascensão, o que a “marca registrada” Getúlio Vargas confirma para o leitor. Mais adiante, Rodrigo o defende diante de Tio Bicho, que vê em sua popularidade nada mais do que a conhecida “necessidade que as massas têm de submeter-se a um homem forte” (p.215). O deputado se mostra mais um dos admiradores de Getúlio que, segundo ele, teria sido o político que mais fez pelo “bem-

estar do povo” (p.215) em nossa história. Nota-se que o debate entre os dois personagens e as opiniões que assumem e defendem a respeito do caudilho gaúcho também fazem parte da caracterização da “marca registrada” e da personagem Getúlio Vargas, uma vez que sua figura e o discurso que circula acerca dela estão entre os mais controversos de nossa história, provocando ,até hoje, depois de mais de sessenta anos de sua morte, discussões acaloradas e questionamentos históricos sobre sua atuação política e sobre sua personalidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O romance tem sido, desde o seu surgimento, o gênero literário que toma para si a tarefa de traduzir a experiência do homem moderno, deslocado desde que perdeu seus vínculos com a comunidade, em oposição à epopeia, que era capaz de narrar as aventuras de um herói diante de um mundo pleno de certezas. Desde então, o romance tem se reinventado para acompanhar o decurso histórico e social, recebendo diversas nomenclaturas e especificações que dão conta de sua multiplicidade e de sua abertura diante do novo. É nesse contexto que surge o romance histórico, subgênero que une dois campos tradicionalmente polêmicos quanto às suas convergências e limites: história e literatura.

Entre os diversos escritores e estudiosos que buscaram compreender as relações existentes entre literatura e história, parece haver certo consenso quanto às características essenciais ao gênero romance histórico. Elas seriam a matéria do romance, que deve ser de extração histórica, ou seja, deve trazer o elemento histórico mediado pelo discurso literário de forma que ele atravesse a trajetória das personagens de forma decisiva e pela constituição da natureza das personagens, que devem dar conta tanto do homem comum, personagem por excelência do romance, quanto das figuras históricas, que, nesse gênero, aparecem tanto evocando uma significativa referencialidade à qual o leitor tem acesso, quanto modificadas pela criação do autor, que as recria, revestindo-as de elementos ficcionais.

Considerando esses dois pontos, concluímos que as obras de Erico Veríssimo, que compõem a trilogia *O tempo e o vento*, e *Pedra bonita* e *Cangaceiros*, de José Lins do Rego, são exemplos de romances históricos brasileiros. Essas narrativas são frutos

do modernismo brasileiro, movimento que deu conta das profundas transformações sociais pelas quais o país passava desde a década de 1930. Esses romances retrataram a aventura do brasileiro, mediano ou ilustre, pertencente às diversas classes sociais, desde as marginalizadas às mais favorecidas. Através do discurso literário, esses romancistas souberam delinear a experiência dos homens e das mulheres de suas regiões, coerentes com a cultura e com a psicologia de suas personagens, ao mesmo tempo em que retrataram a história do Brasil, mostrando como os episódios mais célebres e os esquecidos pela historiografia compuseram nossa trajetória enquanto coletividade.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Alcmeno. *Introdução ao romance histórico*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- KÖLLN, Lucas André Berno. *O romance histórico*. E-Revista Unioeste. Atualizado em 30 jan. 2018. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/7934>. Acesso em 30 jan. 2018.
- LUCKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. São Paulo: Duas cidades; Ed. 34, 2000.
- REGO, José Lins do. *Cangaceiros*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.
- REGO, José Lins do. *Pedra bonita*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- VERÍSSIMO, Érico. *O arquipélago*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1961. v.1.
- VERÍSSIMO, Érico. *O tempo e o vento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. *Parte I: O Continente I/ O Continente II*.
- VERÍSSIMO, Érico. *O tempo e o vento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. *Parte II: O Retrato I/ O Retrato II*.
- ZILBERMAN, Regina. *O romance histórico: teoria & prática*. In: BORDINI, Maria da Glória (Org.) *Lukács e a literatura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.